

GISELI MACIEL FERREIRA

**ARRANJOS PRODUTIVOS NA INDÚSTRIA MOVELEIRA NO SUL DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS APLS DE BENTO GONÇALVES (RS) E
DE SÃO BENTO DO SUL (SC)**

CURITIBA

2004

GISELI MACIEL FERREIRA

**ARRANJOS PRODUTIVOS NA INDÚSTRIA MOVELEIRA NO SUL DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS APLS DE BENTO GONÇALVES (RS) E
DE SÃO BENTO DO SUL (SC)**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

GISELI MACIEL FERREIRA

ARRANJOS PRODUTIVOS NA INDÚSTRIA MOVELEIRA NO SUL DO BRASIL:
UMA ANÁLISE DOS APLS DE BENTO GONÇALVES (RS) E DE SÃO BENTO
DO SUL (SC)

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Mauricio Aguiar Serra

Banca Examinadora:


Prof. Franciose Tatski de Lima


Prof. Paulo Mello Garcias

Curitiba, 17 de dezembro de 2004

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	01
1 AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	03
1.1 AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UM BREVE PANORAMA.....	03
1.2 ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS.....	06
1.2.1 O que Caracteriza os Arranjos Produtivos Locais (APLs).....	08
1.2.2 Vantagens, Desafios e Restrições para o Desenvolvimento dos APLs.....	11
2 PANORAMA DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL	16
3 ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO DE BENTO GONÇALVES (RS)	24
3.1 HISTÓRICO DO APL MOVELEIRO DE BENTO GONÇALVES.....	24
3.2 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO RECENTE.....	25
3.3 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	27
4 ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO DE SÃO BENTO DO SUL (SC)	31
4.1 HISTÓRICO DO APL MOVELEIRO DE SÃO BENTO DO SUL.....	31
4.2 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO RECENTE.....	31
4.3 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	PÓLOS MOVELEIROS DO BRASIL – 2004.....	18
TABELA 2 -	FATURAMENTO DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL EM MILHÕES DE DÓLARES – 2000-2003.....	18
TABELA 3 -	EXPORTAÇÕES DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL TOTAIS POR ANO -1990-JUN 2004.....	19
TABELA 4 -	PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS EXPORTADORES DO SETOR MOVELEIRO EM 2004.....	21
TABELA 5 -	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAIS DE MOBILIÁRIO POR ANO – 1993-JUN 2004.....	22
TABELA 6 -	FATURAMENTO E EXPORTAÇÕES TOTAIS DO SETOR MOVELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL POR ANO – 1996-2003.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REPRESENTATIVIDADE DO SETOR MOVELEIRO EM BENTO GONÇALVES – 2003.....	26
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABIMÓVEL	- Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
APLs	- Arranjos Produtivos Locais
CETEMO	- Centro Tecnológico do Mobiliário
CIN	- Centro Internacional de Negócios
CNC	- Controle Numérico Computadorizado
CTM	- Centro de Tecnologia da Madeira
FETEP	- Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa
FIESC	- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIMMA	- Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FUNCITEC	- Fundação de Ciência e Tecnologia
FURB	- Universidade Regional de Blumenau
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
MDF	- Medium Density Fiberboard
MOVERGS	- Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul
MPE	- Micro e Pequena Empresa
NAD	- Núcleo de Apoio ao Design
NIT	- Núcleo de Informação Tecnológica
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
PROMÓVEL	- Programa Brasileiro de Incentivo às Exportações de Móveis
REDESIST	- Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDMÓVEIS	- Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves

UCS	- Universidade de Caxias do Sul
UDESC	- Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UnC	- Universidade do Contestado
UNIPLAC	- Universidade do Planalto Catarinense
UNIVILLE	- Universidade de Joinville

RESUMO

Análise dos arranjos produtivos na indústria moveleira no sul do Brasil. Trata dos conceitos e características de aglomerações industriais, especialmente dos arranjos produtivos locais (APLs) e através deles, faz a ligação entre a teoria e o tema deste trabalho, primeiramente traçando um perfil do setor moveleiro no Brasil como um todo, com suas características, principais arranjos produtivos e números referentes à produção e exportação. Em seguida, trata especificamente de dois dos principais arranjos produtivos do setor localizados na região do Brasil: Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC). Bento Gonçalves é o segundo maior pólo moveleiro nacional em produção, e também o segundo em exportações. São Bento do Sul é maior exportador nacional de móveis e o terceiro maior produtor. Apresenta o histórico do surgimento de cada um, suas características e dados de produção e exportação. Identifica nos dois pólos estudados as características de um arranjo produtivo, mostrando a importância e a representatividade do setor moveleiro nestas regiões, bem como a presença de atores envolvidos no processo (instituições de ensino e pesquisa, órgãos de classe, governo) que integrados com as empresas dessas regiões, promovem ações que buscam o desenvolvimento e crescimento do setor e das empresas nessas regiões.

INTRODUÇÃO

A transição da Era Industrial para a Era do Conhecimento traz novos padrões sócio-técnico-econômicos para a sociedade, e impõe a necessidade de novo arcabouço analítico, a fim de entender a nova realidade. Dentre as transformações que marcaram a passagem do milênio, renasceu o interesse sobre o papel que as empresas, principalmente as de micro e pequeno porte, podem ter na reestruturação produtiva, assim como no desenvolvimento de regiões e países.

Já foi identificado que as empresas isoladas, podem reproduzir a forma de funcionamento das grandes empresas porém sem suas vantagens principais, como gerar economias de escala, investir em inovação produtiva e gerencial e contar com profissionais qualificados. A organização das empresas em arranjos é a saída para superar as dificuldades e deficiências resultantes do porte e do isolamento, tornando-se importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras.

Dentro desse foco, este trabalho vai tratar de Arranjos Produtivos Locais, abordando os arranjos produtivos do setor moveleiro no Brasil e fazendo uma análise mais específica dos dois principais arranjos exportadores deste setor, localizados na região Sul do país, nas cidades de Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC).

No primeiro capítulo, serão abordados aspectos conceituais de aglomerações industriais e de Arranjos Produtivos Locais (APLs) que são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Também mantém e/ou tem a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelece parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e promove integração econômica e social no âmbito local.

No segundo capítulo será abordada uma visão geral a respeito do setor moveleiro no Brasil, com suas características, seus principais arranjos produtivos e dados de produção nacional, exportações e importações. No terceiro e quarto capítulos,

este trabalho vai tratar de dois dos principais arranjos produtivos locais do Setor Moveleiro brasileiro, respectivamente Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC), com seu históricos de surgimento, características, dados de produção e exportações. Também identifica a existência de atores locais envolvidos no desenvolvimento do setor nas duas regiões. Finalmente, trará as conclusões com base nos dados estudados nos capítulos anteriores.

1 AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Neste capítulo serão abordados os conceitos e características de aglomerações industriais. Dentro do conceito de aglomerações industriais será discutido especialmente o conceito de arranjos produtivos e inovativos locais, bem como o que os caracteriza, suas vantagens, desafios e restrições para o seu desenvolvimento.

1.1 AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UM BREVE PANORAMA

Há diversas abordagens na Economia para analisar aglomerações industriais, dentre as quais podemos destacar: (1) a da chamada Nova Geografia Econômica, liderada por P. Krugman (1998), onde ele constrói um modelo analítico em que a evolução da estrutura espacial da economia é determinada pelo confronto entre forças centrípetas, que estimulam a concentração, e forças centrífugas que desestimulam essa concentração; (2) a de Economia de Empresas, que focaliza as estratégias das empresas na busca por vantagens competitivas geograficamente restritas; (3) a da Economia Regional, que se fundamenta na economia regional para estabelecer relação entre geografia econômica e desempenho industrial; (4) a da Economia da Inovação, que se baseia na natureza localizada da inovação tecnológica na dinâmica industrial; e finalmente (5) a que trata de Pequenas Empresas/Distritos Industriais, que se inspiram na experiência dos distritos industriais italianos ou europeus de modo geral.

As duas primeiras abordagens tratam as aglomerações como resultado natural das forças de mercado, e assim, não haveria muito que fazer além de corrigir imperfeições de mercado e implementar medidas gerais (horizontais) de política. As outras três são similares no sentido oposto, já que enfatizam fortemente o apoio do setor público por meio de medidas específicas de política e a cooperação entre empresas. Segundo SUZIGAN (2001), podemos estabelecer três pontos de comparação entre os dois grupos: economias externas de natureza incidental *versus*

deliberada; a caracterização de economias externas como capacitantes (*enabling*) versus incapacitantes (*disabling*), e processos de mão invisível versus o apoio do setor público no desempenho e na dinâmica das aglomerações. Na última abordagem, H. Schmitz (1997) introduz o conceito síntese da eficiência coletiva, que para explicar as vantagens competitivas de empresas aglomeradas, combina os efeitos das economias externas locais espontâneas ou não planejadas e das ações conjuntas deliberadas ou planejadas das empresas e do setor público.

A estrutura analítica desse enfoque é basicamente a seguinte: considera que as economias externas locais marshallianas são importantes para explicar a aglomeração (*clustering*) de empresas industriais, mas oferecem uma explicação incompleta. Isso porque geralmente referem-se apenas à produção, porém economias externas locais significativas também podem estar presentes na distribuição e em outros serviços especializados, comuns em *clusters*. Além disso, economias externas são comumente tratadas como imperfeições de mercado, e esse enfoque da eficiência coletiva ressalta a característica capacitante ao invés de incapacitante das economias externas, sobretudo as de natureza tecnológica. Por último, economias externas puras são incidentais enquanto que a cooperação e o apoio público são deliberados. Sendo assim, um segundo fator explicativo dos *clusters* é a cooperação privada e o apoio público. A cooperação entre fabricantes especializados de produtos diferenciados, fornecedores, agentes comerciais, empresas de transporte e outros agentes, faz com que todos se beneficiem de retornos crescentes de escala similares àqueles derivados de economias externas marshallianas puras. O papel do setor público é o de atuar através de políticas específicas, devendo sempre estar em sinergia com as ações privadas de ajuda mútua (SCHMITZ, 1997).

O termo *cluster* associa-se à tradição anglo-americana, e genericamente, refere-se a aglomerados territoriais de agentes econômicos, desenvolvendo atividades similares. Ao longo desenvolvimento do conceito, ganhou nuances de interpretação sobre o que melhor caracteriza e distingue essa forma de aglomeração produtiva. Segundo Altenburg e Meyer-Stamer citado por SUZIGAN (2001), “um *cluster* é uma

aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área espacialmente delimitada com claro perfil de especialização e na qual o comércio e a especialização interfirmas é substancial”.

Para o estudo de um *cluster* devem-se identificar as seguintes características: presença de economias externas locais relacionadas a tamanho de mercado; concentração de mão-de-obra especializada; se as empresas locais interagem por meio de linkages de produção, comércio e distribuição; se cooperam em marketing, promoção de exportações, suprimento de insumos essenciais, atividades de P&D, e além de tudo, mantendo um equilíbrio saudável entre cooperação e competição; se as empresas locais se beneficiam do apoio de instituições locais; se as lideranças locais coordenam ações privadas e públicas, e se há existência de alguma forma de identidade política local, social ou cultural, já que isso é a base para que haja confiança e compartilhamento de informações entre as empresas (SUZIGAN, 2001).

O termo aglomeração – produtiva, científica, tecnológica e/ou inovativa – tem como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e outras instituições e organizações públicas e privadas). Uma questão importante, associada a esse termo, é a formação de economias de aglomeração, ou seja, as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a matérias-primas, equipamentos, mão-de-obra, e outros. A aglomeração de empresas vem efetivamente fortalecendo suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas. Isto é particularmente significativo no caso de micro e pequenas empresas.

Distritos e pólos industriais, *clusters*, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas, entre outros, são diferentes tipos de aglomeração. Cada tipo de aglomeração pode envolver diferentes atores, além de refletir formas diferenciadas de articulação, governança e vinculação. Uma região pode apresentar diferentes tipos de aglomerações, assim como cada empresa pode participar de diferentes formas de interação.

1.2 ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS

Segundo a definição adotada pela REDESIST¹, Arranjos Produtivos Locais

“são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”.

Em outras palavras, arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Para melhor entender a dinâmica de um determinado arranjo, e dar sugestões de como promovê-la, mostra-se necessário conhecer em profundidade suas especificidades, e também seu peso e papel dentro das cadeias produtivas e setores em que se inserem, bem como das economias regionais e internacionais.

O argumento básico do conceito adotado pela RedeSist é que onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em torno da mesma, envolvendo atividades e atores relacionados à aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos, sendo que podem variar desde os mais rudimentares até os mais complexos e articulados. As exceções são raras.

Tem-se também o conceito de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, que a RedeSist apresenta como sendo arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem,

¹ A Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições do exterior. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>.

e, principalmente, apresentam potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, considera-se que a dimensão institucional e regional é um elemento muito importante do processo de capacitação produtiva e inovativa. Além disso, diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação e de aprendizado interativo entre agentes são reconhecidos como fundamentais na geração e na difusão de conhecimentos, particularmente os tácitos, sendo que estes sistemas e formas de articulação podem ser tanto formais como informais.

Essa interação e cooperação gerada possibilitam inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, e gera maior competitividade empresarial e capacitação social.

A respeito desse tema da inovação, temos a contribuição teórica de Joseph A. Schumpeter em seu livro “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1911). No sexto e último capítulo ele aborda o que chamou de Teoria do Ciclo Econômico. A primeira hipótese de Schumpeter é a da existência de um equilíbrio econômico geral, processo que se repete sempre e constitui o fluxo circular da vida econômica.

“Toda firma no sistema está em equilíbrio concorrente perfeito, com os seus custos, consistindo em salários e rendas, exatamente iguais às suas receitas. Os preços são em qualquer caso iguais aos custos médios; os lucros são zero; as oportunidades de lucro são inexistentes; as taxas de juro são zero; e não desemprego involuntário algum de recursos. Todo lar, como toda firma, está em equilíbrio de longo prazo, com as receitas iguais às despesas e com um padrão orçamentário que não pode, nas circunstâncias existentes, ser vantajosamente alterado” (CLEMENCE & DOODY, apud BELL, J.F.;1961).

Ele chama de “inovações” às perturbações a esse excelente ajuste. Uma inovação é identificada como o “estabelecimento de uma nova função de produção”, ou a introdução, na economia, de uma combinação de fatores de produção que não poderiam ter sido feitos ou introduzidos antes.

Em termos amplos, uma inovação pode ser considerada como uma alteração histórica e irreversível no modo de fazer as coisas. Não considera inovação como resultado de quaisquer alterações nos fatores de produção, mas apenas como uma

alteração na função de produção, o que permitiria novas técnicas de produção, novos mercados, novos produtos e novas formas de organização.

O ciclo econômico era, na análise de Schumpeter, um fluxo e refluxo de inovações e repercussões subsequentes. Neste sentido, o *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado e um novo *boom* se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado. (SCHUMPETER, 1911).

Acreditava também que havia uma tendência para as inovações aparecerem em grupos ou aglomerados. Em outras palavras, “as combinações novas não são, como se poderia esperar segundo os princípios gerais de probabilidade, distribuídas uniformemente através do tempo, (...), mas aparecem, se é que o fazem, descontinuamente, em grupos ou bandos” (SCHUMPETER, 1911).

Segundo Schumpeter (1911), o aparecimento de um ou de poucos empresários facilita o aparecimento de outros, e estes provocam o aparecimento de mais outros, em número sempre crescente. Isso é explicado pelo fato de que a realização de combinações novas é difícil e acessível apenas a pessoas com certas qualidades de liderança. Se estas pessoas obtêm êxito com suas inovações, as dificuldades desaparecem e outros podem seguir os passos dos que primeiramente obtiveram sucesso, e assim, mais pessoas podem seguir o exemplo, até que a inovação se torna habitual.

1.2.1 O que Caracteriza os Arranjos Produtivos Locais (APLs)²

Um arranjo produtivo local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso é preciso considerar a dinâmica do território em que

² SEBRAE. **Arranjos produtivos locais**: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Glossário de arranjos produtivos locais. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em: 26 abr. 2004.

essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação entre outros aspectos. Assim, a noção de território é muito importante para o entendimento dos APLs. Território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta, e sim, é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço.

Segundo a REDESIST (2004), a dimensão territorial constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município ou áreas de um município; conjunto de municípios; micro-região; conjunto de micro-regiões, entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

Portanto, o Arranjo Produtivo Local compreende um recorte do espaço geográfico que possua sinais de identidade coletiva, sejam eles sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos.

Uma segunda característica é a participação e a interação não apenas de empresas e suas variadas formas de representação e associação, como também de diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Incluem-se aí universidades, instituições de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais, entre outros. Deve-se manter ou ter a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativa de desenvolvimento, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, promovendo uma integração econômica e social no âmbito local.

Um terceiro fator muito importante é a presença do conhecimento tácito. Dentro dos APLs, podemos verificar geralmente processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, instituições

e indivíduos, especialmente os conhecimentos tácitos. Esses são os que não estão codificados, e sim implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. Apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e de identidades culturais, sociais e empresariais, o que facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, porém dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos. Dentro dos APLs destaca-se a riqueza e particularidades dos conhecimentos tácitos ali existentes e isto os torna elemento de vantagem competitiva de quem os detém.

A quarta característica é o aprendizado interativo, que é a principal forma de transmissão tanto do conhecimento tácito quanto do codificado, favorecido pelas relações de cooperação propiciadas pelo capital social.³ O aprendizado interativo constitui fonte fundamental para a transmissão dos conhecimentos e ampliação da capacitação produtiva e inovativa das firmas e instituições. A capacitação inovativa é essencial para garantir a competitividade dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente, já que possibilita a introdução de novos produtos, processos e formatos organizacionais.

Finalmente, um quinto fator que se deve identificar é a presença de governança. No caso específico dos APLs, governança refere-se aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisão locais, entre os agentes (indivíduos e instituições públicas e privadas) e atividades, que envolvem desde a produção até a distribuição de bens e serviços, passando pelo processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos arranjos produtivos, representando diferentes formas de poder na tomada de decisão, seja ela centralizada ou descentralizada e/ou mais ou menos formalizada.

Um tipo de governança que representa a forma de poder centralizada na

³ Capital social refere-se a um conjunto de instituições formais e informais, incluindo hábitos e normas sociais, que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado em um sistema social. Está relacionado com a importância de se considerarem a estrutura e as relações sociais fundamentais para se compreender e intervir sobre a dinâmica econômica.

tomada de decisão é a governança hierárquica. Nela a autoridade é claramente internalizada dentro de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local. Surge geralmente a partir de uma série de situações em que alguma forma de coordenação e liderança local condiciona e induz o surgimento da aglomeração de empresas.

Um segundo tipo, representando a tomada de decisão descentralizada é a governança na forma de redes, que é caracterizada pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas localmente instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. São marcadas pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde nenhum deles é dominante.

1.2.2 Vantagens, Desafios e Restrições para o Desenvolvimento dos APLs⁴

Dentro do conceito de Arranjos Produtivos Locais, destaca-se o papel central da inovação e do aprendizado interativo como fatores de competitividade sustentada. Ao se organizarem como unidades isoladas, os pequenos negócios terminam por reproduzir a forma de funcionamento de grandes empresas, porém sem suas principais vantagens, entre elas a capacidade de gerar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial e contar com profissionais qualificados. Para superar as deficiências decorrentes do porte e do isolamento torna-se necessário o estabelecimento de novas formas de organização e de ação junto aos pequenos negócios.

Os principais resultados das pesquisas realizadas pela RedeSist⁵ confirmam

⁴ LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. **Novas políticas na era do conhecimento**: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Disponível em <<http://www.ie.ufjf.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**: conceito, vantagens, restrições e equívocos usuais. Disponível em <<http://www.ie.ufjf.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras. Os estudos indicam que não é apenas a proximidade espacial, mas há um conjunto de variáveis-chave que uma vez mobilizadas por redes locais de empresários e outros atores, possibilita transformar a proximidade espacial das empresas numa melhor inserção competitiva e sustentável no mercado.

A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas de todos os tamanhos, especialmente as de micro, pequeno e médio portes (MPME), a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais. Arranjos produtivos locais reunindo empresas desse tipo são especialmente importantes em regiões pouco desenvolvidas e de baixo nível de emprego.

As políticas dos diferentes países vêm crescentemente incorporando estas tendências. As novas formas e instrumentos de promoção do desenvolvimento industrial e inovativo tendem, cada vez mais, a focalizar prioritariamente sistemas e arranjos produtivos locais. E ao estimular processos locais de desenvolvimento é preciso ter em mente que qualquer ação nesse sentido deve permitir a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território.

Essa abordagem em torno dos APLs é realizada em um momento em que o sistema produtivo e a ordem geopolítica mundiais passam por profundas e importantes transformações, associadas à emergência da Economia, Sociedade ou Era do

⁵ Até julho de 2002, a RedeSist já tinha realizado 26 estudos empíricos em diferentes regiões do país, e contava com mais de 120 notas técnicas disponibilizadas em sua página. Desde o segundo semestre de 2002 conta com o apoio do Sebrae e o do Finep no desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Arranjos Produtivos Locais (Sinal).

Conhecimento e do Aprendizado⁶, bem como à aceleração do processo de globalização. Mesmo com significativas e radicais transformações em curso desde a década de 70, ainda não dispomos de sistema de representação, medição, contabilização e regulamentação adequados à nova realidade. Essa transição da Era Industrial para a Era do Conhecimento impõe a necessidade de desenvolver um novo arcabouço analítico que permita entender os padrões sócio-técnico-econômicos emergentes em nível mundial e seus impactos na competitividade e desenvolvimento de países como o Brasil. É necessário distinguir dentre as características e tendências emergentes aquelas que são mais duradouras daquelas que são efêmeras. E principalmente desenvolver meios de captar, mensurar e avaliar os elementos que são determinantes de tais mudanças, assim como suas formas e suas conseqüências (LASTRES & CASSIOLATO, 2004).

A principal restrição ao estudo dos APLs é a falta de indicadores e parâmetros que possam captar o que se quer analisar. Trabalha-se muito com indicadores secundários sobre organizações, atividades e setores econômicos em níveis municipais, mas sabe-se que um APL envolve diversas atividades, atores e partes de diferentes municípios. Outro ponto é a especificidade das políticas para promoção de APLs, pois cada arranjo tem suas características e necessidades, o que impossibilita a criação de uma única política que pudesse abranger genericamente os arranjos.

Sendo assim, deve ser reconhecida a relevância dos desafios colocados ao desenvolvimento dessas empresas e as políticas para sua promoção. Estes desafios incluem principalmente: a) a falta de conceitos, categorias, estatísticas e instrumentos adequados à micro e pequenas empresas (MPEs); b) as inadequações, superposição e descoordenação de ações, as quais muitas vezes não têm continuidade; c) a ausência de um enfoque de MPE enquanto empreendimento economicamente viável, o que

⁶ A Era da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado diz respeito a uma nova ordem mundial onde se identifica o reconhecimento da crescente relevância e complexidade da informação (tecnologias da informação e comunicação), do conhecimento (geração de novos conhecimentos como fator de diferenciação e competitividade) e do aprendizado (necessidade freqüente de renovação de conhecimentos), como elementos fundamentais da dinâmica do novo padrão de acumulação.

compromete a identificação e aproveitamento de oportunidades que levam a uma atuação sustentável. Esses desafios derivam da predominância de um paradigma onde apenas grandes estruturas podem ser competitivas no atual estágio do capitalismo.

Segundo Lastres & Cassiolato (2004), a necessidade de explorar novos caminhos e oportunidades para o Brasil, buscando reposicionamento no cenário internacional competitivo e globalizado é urgente. Recomenda que

“isto seja realizado dentro de uma ampla articulação de interesses e prioridades nacionais, regionais e locais, que envolvam desde a busca de soluções para a erradicação da fome e inserção de segmentos sociais excluídos e o equacionamento do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e da crise energética até o estímulo ao uso e difusão das novas tecnologias, equipamentos e sistemas, logística e formatos organizacionais intensivos em conhecimentos”.

Para o desenvolvimento dos APLs é necessário potencializar as sinergias positivas de mobilizar agentes produtivos e parceiros, identificando as condições de sobrevivência, dinamismo, competitividade e inovatividade das MPEs, e tornando-se possível o seu aproveitamento como forma de contribuir inclusive para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Deve-se atentar também à necessidade de desenvolvimento de novas políticas que promovam o desenvolvimento dinâmico e sustentado das estruturas produtivas, lembrando que as políticas de promoção de APLs não devem ser aplicadas de forma isolada. A articulação e coordenação das políticas em nível local, regional, nacional e até supranacional mostra-se fundamental para o sucesso das mesmas.

Neste capítulo foram explicitados os conceitos de arranjos produtivos locais, que são aglomerações industriais, caracterizadas por grande número de empresas de determinada atividade numa determinada região, que interagem e apresentam interdependência entre si, com o objetivo de superarem as dificuldades de quando se trabalha isoladamente. A existência de políticas voltadas para a superação das dificuldades existentes e para o desenvolvimento dos APLs é de suma importância. Dentro deste contexto, o próximo capítulo abordará os arranjos produtivos moveleiros brasileiros, primeiramente com uma visão geral do setor no Brasil, e nos capítulos

seguintes, analisando os arranjos produtivos de Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC).

2 PANORAMA DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL

A indústria de móveis, de forma similar a outras indústrias de transformação, tem passado por densas transformações em seus processos de produção, refletidas em suas técnicas de organização industrial e equipamentos microeletrônicos. Estas mudanças permitiram uma melhor eficiência do processo de produção, uma maior flexibilidade produtiva, um compartilhamento de processos entre grupos de empresas e um melhor padrão de qualidade de produtos.

Trata-se de uma indústria verticalizada onde os fatores de competitividade envolvem o fortalecimento de toda a cadeia industrial, desde a produção de madeira serrada e produtos sólidos de madeira, até a fabricação final do móvel. No Brasil, a madeira (*Pinus* e *Eucalyptus*), uma das principais matérias-primas utilizadas na produção de painéis de aglomerado e o MDF (*medium density fiberboard*), provém em sua totalidade de florestas plantadas. Os pólos moveleiros são os principais mercados consumidores de aglomerados e MDF, posto que entre 80% e 90% do volume produzido são destinados à fabricação de móveis, sendo que a maior parcela é utilizada pela indústria moveleira e um volume menor é comercializado pelas revendas e destinado ao setor moveleiro de pequeno porte (ABIMÓVEL, 2004).

O modelo de organização industrial é caracterizado pela presença de empresas especializadas em linhas específicas de produtos, predominância de pequenas e médias empresas que atuam em um mercado muito segmentado, intensivo em mão-de-obra e apresenta baixo valor adicionado (por unidade de mão-de-obra) em comparação com outros setores. São empresas familiares, tradicionais, sendo a grande maioria de capital inteiramente nacional. Elas apresentam baixo dinamismo e tecnologia consolidada, em que o padrão de desenvolvimento tecnológico é influenciado pelas indústrias de bens de capital. Dessa maneira, as alterações são denominadas como incrementais, não existindo transformações radicais que possam compor novos elementos de competitividade.

Dentro da dinâmica moveleira, temos como fatores de competição além da tecnologia, o uso de novas matérias-primas, o *design*, os canais de distribuição e até a tradição empresarial para móveis sob encomenda e o fator prazo, entre outros. Em geral não existem atividades específicas de P&D na indústria de móveis, mas basicamente no desenvolvimento do produto, através de equipes especializadas em *design* de novos produtos, utilização de novos materiais e ações integradas dentro dos pólos. O aprimoramento do *design* e os procedimentos de cópia pelas pequenas empresas determinam a dinâmica da capacitação, inovação e melhoramento tecnológico das mesmas, enquanto que as grandes empresas possuem restrições imediatas para novos lançamentos, devido ao desenho padronizado em grande escala, uma vez que existe a objetividade de interface dos seus processos de produção.

Observa-se também neste setor a existência de novas arquiteturas organizacionais, através da cooperação, licenciamento de produtos, fusões e *joint ventures*. Mesmo considerando que o setor apresenta historicamente a verticalização do processo de produção, ou seja, tem o processo de produção integrado na sua totalidade à indústria, observa-se através das indústrias mais especializadas e diferenciadas a articulação para redes de terceirização e transferência de algum estágio ou etapa do processo produtivo para outro fornecedor, apesar de isso ainda ser pouco utilizado.

Conforme dados da ABIMÓVEL (2004), a indústria brasileira de móveis é formada por mais de 16.000 micro, pequenas e médias empresas, sendo 11.937 micro empresas (até 9 empregados), 3.392 pequenas empresas (10 a 49 empregados), 376 médias (50 a 99 empregados) e 299 grandes (mais de 100 empregados). Estas geram mais de 195.000 empregos diretos, sendo 35.911 empregos gerados em micro empresas, 68.745 em pequenas, 25.781 em médias e 64.825 em grandes empresas. As empresas são de capital nacional em sua maioria.

Essas empresas localizam-se em sua maioria na região Sul e Sudeste do país, constituindo em alguns estados, pólos moveleiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram 82% das empresas da

indústria de móveis. Na TABELA 1, segue a relação desses pólos, contendo localização, número de empresas na região, número de empregados, principais mercados a que são voltados e que tipo de móveis produzem:

TABELA 1 – PÓLOS MOVELEIROS DO BRASIL - 2004

Pólo Moveleiro	Estado	Empresas	Empregados	Principais Mercados	Padrão dos Móveis
Bento Gonçalves	RS	370	10.500	Todos estados Exportação	Popular, Médio, Alto
Mirassol	SP	210	8.500	PR, SC, SP Exportação	Popular, Médio, Alto
São Bento do Sul	SC	210	8.500	PR, SC, SP Exportação	Médio, Alto
Arapongas	PR	145	5.500	Todos estados Exportação	Popular
Votuporanga	SP	85	5.000	Todos estados	Popular, Médio, Alto
Ubá	MG	300	3.150	MG, SP, RJ, BA Exportação	Popular, Médio
Linhares e Colatina	ES	130	3.000	SP, ES, BA Exportação	Popular, Médio
Bom Despacho	MG	117	2.000	MG	Popular, Médio
Lagoa Vermelha	RS	60	1.800	RS, SP, PR, SC Exportação	Popular, Médio, Alto
Tupã	SP	54	700	SP	Popular, Médio, Alto

FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO – ABIMÓVEL, 2004

Do faturamento do setor moveleiro, 60% referem-se a móveis residenciais, 25% a móveis de escritório e 15% a móveis institucionais, escolares, médico-hospitalares, móveis para restaurantes, hotéis e similares (ABIMÓVEL, 2004). A TABELA 2 mostra os dados sobre o faturamento do setor moveleiro nos últimos quatro anos.

TABELA 2 – FATURAMENTO DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL EM MILHÕES DE DÓLARES – 2000-2003

Ano	2000	2001	2002	2003
Produção (faturamento)	4815	4129	3526	3446
Consumo	4453	3758	3074	2881
Exportação	486	478	531	661
Importação	124	107	76	78
Export./Produção	10,1%	11,6%	15,1%	18,7%
Import./Consumo	2,8%	2,9%	2,5%	2,7%

FONTES: ABIMÓVEL, 2004

NOTA: Consumo = Produção + Importação – Exportação.

Nota-se pela TABELA 2 uma gradual queda na produção (em torno de 28% de 2000 a 2003), nas importações e no consumo, porém um crescimento de 36% nas exportações do setor nos últimos quatro anos. De acordo com Gorini (1998), esse incremento exportador se deveu principalmente ao processo de reestruturação produtiva e modernização das empresas a partir do início da década de 90.

O Estado de São Paulo detém cerca de 40% do faturamento do setor, ficando o Rio Grande do Sul em segundo lugar com aproximadamente 30%, e em terceiro lugar Santa Catarina (ABIMÓVEL, 2004).

Com o aumento nas exportações nos últimos anos, a indústria desenvolveu muito a sua capacidade de produção e apurou significativamente a qualidade de seus produtos, com tecnologias avançadas e matérias-primas sofisticadas. Esse crescimento nas exportações também está retratado na TABELA 3, que mostra os números sobre as exportações do setor de 1990 até o ano de 2004, totalizadas até o mês de junho.

TABELA 3 – EXPORTAÇÕES DO SETOR MOVELEIRO NO BRASIL TOTAIS POR ANO – 1990-JUN 2004

Ano	US\$
1990	39.744.595,00
1991	57.295.962,00
1992	125.694.839,00
1993	266.069.681,00
1994	293.545.956,00
1995	336.558.513,00
1996	351.324.802,00
1997	366.331.006,00
1998	338.081.212,00
1999	385.202.520,00
2000	485.174.452,00
2001	479.085.232,00
2002	532.486.497,00
2003	661.556.905,00
2004	418.173.733,00

FONTE: ABIMÓVEL, 2004

Analisando o ano de 2002 em relação ao de 2001, verifica-se um crescimento de 11,1% nas exportações, e de 2003 em relação a 2002, um crescimento de 24,2%. Segundo Domingos Rigoni, presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL), a projeção é que em 2004 o crescimento

chegue a 30% em relação a 2003, já que o setor moveleiro já exportou 43% a mais neste primeiro trimestre de 2004 comparando com dados do mesmo período do ano passado (PORTAL MOVELEIRO, 2004). Já dados do PROMÓVEL – Programa Brasileiro de Incentivo às Exportações de Móveis, projetam para este ano exportações de US\$ 850 milhões, o que seria 28,5% superior a 2003. Porém acreditam também que os picos recentes de encomendas e a boa receptividade do produto em eventos internacionais podem fazer com que as exportações cheguem a US\$ 1 bilhão, patamar que o setor tinha como meta alcançar a quatro anos atrás (ARRUDA, 2004).

O PROMÓVEL foi criado por iniciativa da ABIMÓVEL, em 1998, pelas entidades de classe regionais do setor e do Governo Federal, para a superação de dificuldades de acesso ao mercado externo, que incluem tanto as de âmbito geral como às específicas desta cadeia. Visa reestruturar as empresas através de projetos específicos buscando sua inserção no mercado internacional, dando-lhes condições de competitividade. Esse programa já apresenta resultados positivos. Entre 1998 e 2003, a presença brasileira nas trocas internacionais avançou de 1% para 1,6%. Em 2004, a participação brasileira no mapa global de móveis pode chegar a um *market share* de 1,8% sobre os US\$ 53 bilhões de trocas mundiais. A título de comparação, durante a maior parte da década de 1990 com uma média anual de 0,5% de participação. Em 2003, o Brasil ficou na 23^a posição no ranking dos principais países exportadores de móveis, mas há mercado mundial para que essa posição melhore. A Itália lidera com volume de exportações, com vendas de US\$ 8 bilhões (ABIMÓVEL, 2004).

Segundo a ABIMÓVEL/PROMÓVEL (2004), os principais mercados de destino das exportações brasileiras de móveis são os Estados Unidos (34%), França (14%), Argentina (14%), Reino Unido (8%) e Holanda (5%). China, Índia e México são mercados promissores, já que a aceitação dos móveis brasileiros é grande nesses países.

Na TABELA 4, os principais Estados exportadores brasileiros até junho de 2004 são apontados. Os principais exportadores são os Estados de Santa Catarina, que apresentou um crescimento de 32% nas exportações em comparação com o mesmo

período de 2003, e Rio Grande do Sul, que apresentou um crescimento de 58% em relação a mesmo período do ano passado. Juntos os dois Estados representam 76% das exportações totais do setor. Dentre as dez cidades que se destacam como principais exportadoras brasileiras tem-se respectivamente, São Bento do Sul (SC), Bento Gonçalves (RS), Flores da Cunha (RS), Caçador (SC), Rio Negrinho (SC), Campo Alegre (SC), Restinga Seca (RS), Joinville (SC), Caxias do Sul (RS) e Arapongas (PR) (ABIMÓVEL, 2004).

TABELA 4 – PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS EXPORTADORES DO SETOR MOVELEIRO EM 2004

ESTADO	TOTAL US\$	%
SANTA CATARINA	195.680.536	47%
RIO GRANDE DO SUL	121.331.025	29%
PARANÁ	40.276.891	9,6%
SÃO PAULO	28.315.516	6,8%
BAHIA	18.195.399	4,4%
MINAS GERAIS	3.239.565	0,8%
MARANHÃO	1.728.948	0,4%
ESPÍRITO SANTO	2.536.434	0,6%
PARÁ	1.709.635	0,4%
CEARÁ	1.434.508	0,3%
MATO GROSSO DO SUL	1.175.572	0,3%
RIO DE JANEIRO	1.718.184	0,4%
AMAZONAS	114.867	0,03%
RONDONIA	128.741	0,03%
PERNAMBUCO	83.880	0,02%
OUTROS	504.032	0,12%
TOTAL	418.173.733	100,0%

FONTE: ABIMÓVEL, 2004

NOTA: Valores de Janeiro a Junho de 2004.

A maior parte das exportações brasileiras de móveis é constituída por móveis de madeira residenciais (incluindo cozinhas e dormitórios), que respondem por cerca de 79,2% do total exportado em 2003. Logo a seguir destacam-se assentos e cadeiras (inclusive as giratórias), que representam 14,1% das exportações totais e destinam-se principalmente para os Estados Unidos, enquanto os móveis de metal e os de plástico, com pequena participação (3,3%) nas exportações totais, vem sendo destinados ao Mercosul. No âmbito dos países do Mercosul, a Argentina representa o principal mercado para os móveis brasileiros. Os restantes 3,4%, correspondem a móveis de escritório (ABIMÓVEL, 2004).

Um ponto importante com relação às exportações é que, apesar de todo crescimento e desenvolvimento de tecnologias e matérias-primas, o setor não logrou o desenvolvimento de capacitações de áreas como design e marketing. Nesse sentido, o setor ainda carece de espaço para operar no mercado externo com design e marcas próprias na medida em que, em geral, os projetos são determinados pelos importadores e as empresas brasileiras são apenas subcontratadas para executar a produção desses projetos.

A participação das importações no total do consumo de móveis no Brasil já citado na p. 18, TABELA 2, é muito pequena, conforme a TABELA 5, apresentando crescimento durante os anos de 1993 a 1998, devido à abertura da economia brasileira no início dos anos 90, mas a partir de 1999 apresenta queda significativa, em torno de 57% até 2003, o que pode ser explicado pela desvalorização cambial no início de 1999. O consumo nacional ainda é suprido quase integralmente pela produção doméstica. Os principais centros consumidores são as regiões Sul e Sudeste, cabendo destacar São Paulo e região do ABC, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, bem como suas respectivas regiões metropolitanas.

TABELA 5 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAIS DE MOBILIÁRIO POR ANO – 1993-JUN 2004

Ano	US\$
1993	15.301.049
1994	34.443.157
1995	80.953.098
1996	105.277.605
1997	159.363.769
1998	160.067.543
1999	113.059.913
2000	112.593.827
2001	99.087.929
2002	77.935.295
2003	69.591.075
2004	43.953.861

FONTE: ABIMÓVEL, 2004

Neste capítulo foram apresentadas as principais características do Setor Moveleiro no Brasil, que é um setor onde a indústria é verticalizada, com existência de um grande número de empresas, sendo a sua maioria de capital nacional, intensivo em

mão-de-obra, e seus principais pólos produtivos, explorando dados de produção e inserção no mercado externo. A seguir, serão analisados mais a fundo os arranjos moveleiros localizados nas cidades de Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC), com seu histórico de surgimento, características e dados a respeito de sua produção e representatividade no cenário econômico de seus estados.

3 ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO DE BENTO GONÇALVES (RS)

A região de Bento Gonçalves, na serra gaúcha, se destaca no cenário econômico nacional pela sua produção de móveis. A seguir, serão analisados suas características, bem como dados referentes a sua produção, exportações e agentes que atuam na cadeia moveleira da região.

3.1 HISTÓRICO DO APL MOVELEIRO DE BENTO GONÇALVES

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul possui um Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, onde estimula o fortalecimento dos APLs já existentes no Estado e o surgimento de novos. A cidade de Bento Gonçalves tem na indústria moveleira a grande fonte de sua riqueza econômica, sendo um dos pólos moveleiros mais importantes do Brasil e o principal do Rio Grande do Sul.

No Estado do Rio Grande do Sul, a origem da indústria moveleira está ligada com a imigração italiana e alemã, ocorrida no Século XIX, que se estabeleceu nos municípios da região da Serra Gaúcha. Com o conhecimento e a tradição dos imigrantes, iniciou-se a produção de móveis de forma artesanal e voltados para o consumo próprio. A partir da década de 20, já se encontravam estabelecidas pequenas empresas moveleiras que produziam seus produtos sob encomenda, ainda em pequena escala, pois a demanda no período era muito incipiente. A produção em escala industrial apresenta significativo incremento a partir da década de 50 onde verifica-se a ampliação da produção e a implantação de novas empresas que já comercializavam seus produtos no mercado estadual. O auge do crescimento da indústria moveleira é verificado no decorrer das décadas de 60 e 70, com a implantação de um número significativo de novas empresas na região da Serra Gaúcha (PORTAL MOVELEIRO, 2004).

Hoje a região da Serra Gaúcha representa um dos pólos mais importantes do setor no país seja em termos de volume de produção como pelo elevado dinamismo

tecnológico das empresas. O destaque é para o município de Bento Gonçalves, mas temos também Antônio Prado, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Caxias do Sul. Nestes municípios estão localizadas algumas das mais modernas e maiores empresas do setor – no Estado e no país – que se destacam pela elevada qualidade da sua produção e pelo *design* de seus produtos.

3.2 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO RECENTE

A indústria moveleira gaúcha é composta por cerca de 3.200 empresas sendo que destas, 3.074 são micro e pequenas empresas; 122 são empresas de médio porte e apenas 04 delas são empresas de grande porte (MOVERGS, 2004).⁷ Cabe destacar que o controle do capital das empresas moveleiras gaúchas continua sendo na sua totalidade nacional. Da mesma forma, este setor representa uma importante fonte geradora de empregos no Estado totalizando, entre diretos e indiretos, cerca de 181.000 postos de trabalho.

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de móveis no Brasil, respondendo por cerca de 29% da produção nacional (TABELA 4, p.21) e 2% do PIB da economia gaúcha. Sua produção é comercializada predominantemente no mercado doméstico e apenas cerca de 19% do valor da produção são exportados, embora esteja havendo um esforço no sentido de aumento das exportações, impulsionado pelo PROMÓVEL (MOVERGS, 2004). Apesar disso, as exportações do Estado representaram aproximadamente 28% do valor total das exportações nacionais em 2003, conforme a TABELA 6.

⁷ MOVERGS é a Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul, criada por empresários gaúchos em 1987.

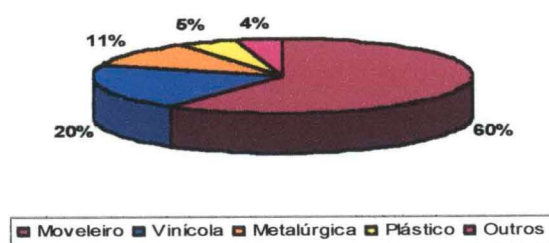
TABELA 6 – FATURAMENTO E EXPORTAÇÕES TOTAIS DO SETOR MOVELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL POR ANO – 1996-2003

ANO	FATURAMENTO		EXPORTAÇÃO	
	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
1996	R\$ 1,19 bi.	R\$ 6,2 bi.	US\$ 351 mi.	US\$ 88 mi.
1997	R\$ 1,24 bi.	R\$ 6,1 bi.	US\$ 366 mi.	US\$ 93 mi.
1998	R\$ 1,25 bi.	R\$ 7,3 bi.	US\$ 338 mi.	US\$ 103 mi.
1999	R\$ 1,40 bi.	R\$ 7,3 bi.	US\$ 385 mi.	US\$ 120 mi.
2000	R\$ 1,65 bi.	R\$ 8,8 bi.	US\$ 485 mi.	US\$ 160 mi.
2001	R\$ 1,91 bi.	R\$ 9,7 bi.	US\$ 479 mi.	US\$ 153 mi.
2002	R\$ 2,63 bi.	R\$ 10,3 bi.	US\$ 532 mi.	US\$ 147 mi.
2003	R\$ 2,64 bi.	R\$ 8,8 bi.	US\$ 661 mi.	US\$ 184 mi.

FONTES: MOVERGS; ABIMÓVEL, 2004

Bento Gonçalves, principal cidade do arranjo moveleiro da Serra Gaúcha, tem grande potencial industrial e conta com 370 empresas, empregando mais de 10.000 funcionários e faturando acima de R\$ 1 bilhão, o que representa aproximadamente 60% das atividades econômicas do município (ver GRÁFICO 1) e responsável por 12% da produção nacional e 40% da produção estadual (SINDMOVEIS, 2004). Atualmente as empresas concentram-se na produção de móveis retilíneos seriados (de madeira aglomerada, MDF e chapa dura) e tubulares, os quais destinam-se ao mercado interno.

GRÁFICO 1 - REPRESENTATIVIDADE DO SETOR MOVELEIRO EM BENTO GONÇALVES - 2003



FUNTE: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BENTO GONÇALVES - SINDMÓVEIS

Apesar de a produção estar voltada para o mercado interno, o pólo moveleiro de Bento Gonçalves responde por aproximadamente 1/4 das exportações brasileiras de móveis, principalmente dos confeccionados em pinus, sendo o segundo maior pólo exportador do país. O desenvolvimento da indústria moveleira de Bento Gonçalves deve-se, em grande parte, ao notável associativismo existente entre os empresários

locais. O setor plástico despontou recentemente na economia da cidade, produzindo desde embalagens até acessórios para a indústria moveleira.

Um dos pólos no Brasil que mais investiram em tecnologia foi o de Bento Gonçalves, especialmente na aquisição de equipamentos com controle numérico computadorizado (CNC), geralmente importados da Itália, Alemanha e França pelas empresas de maior porte. Opera com tecnologia de última geração e utiliza os mais modernos e qualificados sistemas empresariais e organizacionais do mundo, o que o torna um dos pólos mais fortes de todo o Brasil em termos de avanço tecnológico.

Nos últimos 5 anos, as empresas locais investiram, além da modernização tecnológica, em aperfeiçoamento profissional. Praticamente todas as empresas implantaram o processo de Qualidade Total e oferecem cursos constantes de treinamento e qualificação. O pólo moveleiro conta também com o Curso Superior em Tecnologia Moveleira, cujo objetivo é apoiar na qualificação dos Recursos Humanos.

3.3 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS

É possível detectar a existência de coordenação de diversos atores envolvidos na cadeia moveleira em nível local. Localizada em Bento Gonçalves existe a MOVERGS – Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 1987. É a instituição representativa do setor em nível estadual e grande parte de sua diretoria é oriunda de empresas da região. Sua principal atividade tem sido a promoção de cursos de capacitação gerencial e de feiras e eventos que promovam a indústria do Estado e que divulguem a tecnologia de ponta disponível para o setor. A MOVERGS é responsável por realizar a cada dois anos a FIMMA Brasil – Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira, sendo considerada o maior evento da América Latina e uma das maiores no gênero no mundo.

Também no município há o Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves (SINDMÓVEIS), que representa as empresas no âmbito local, mas em

função da concentração de empresas e produção no local, acaba funcionando como uma representação estadual. Fundado em 1977, sua principal atividade formal é a de representação de classe do setor, mas as atividades técnicas têm ocupado um espaço cada vez mais significativo, atuando no sentido de obter melhores condições de desenvolvimento para o setor. Mantém convênios com organizações e entidades de diversos países como Estados Unidos, Alemanha, Itália, França e México com o intuito de expandir o comércio internacional de móveis. A instituição promove a MOVELSUL, uma feira de móveis considerada a maior da América Latina, da qual participam comerciantes e lojistas do Brasil e de mais 40 países.

O grau de integração entre as duas entidades é grande, o que é facilitado pela proximidade física e pelo fato de haver um certo rodízio de lideranças entre elas e um alto grau de convergência entre as políticas das duas entidades. Por iniciativa de ambas instituições, foi estabelecida uma parceria entre empresas, universidade e SENAI, para a constituição do Curso Superior de Tecnologia em Produção Moveleira e a coordenação de esforços para a aquisição de equipamentos para os primeiros laboratórios.

Este curso foi implantado em 1994, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Campus Universitário da Região dos Vinhedos, em Bento Gonçalves. O objetivo principal é formar profissionais em nível superior para a indústria, com foco na produção de móveis, e sua concepção foi inspirada em cursos semelhantes da França e Canadá. O curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação em 1998, com conceito A. A demanda pelos cursos provém principalmente dos principais pólos moveleiros do Brasil, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Outra instituição existente na região é o CETEMO-SENAI (Centro Tecnológico do Mobiliário), que foi inaugurado em 1982 e conta com oficinas, laboratórios, biblioteca e salas de aula e administração, fazendo parte do sistema SENAI. Ele atua na formação de recursos humanos através de educação tecnológica, presta serviços de informação tecnológica, assistência técnica e tecnológica e pesquisa

aplicada. O CETEMO mantém contato estreito com as entidades de classe do setor no Estado e com as empresas.

Na área de educação tecnológica, o CETEMO oferece cursos nos níveis de:

- a) Aprendizagem, um curso profissionalizante para jovens de 14 a 18 anos;
- b) Treinamento, para desenvolver habilidades e conhecimentos para quem já atua na indústria; e
- c) Qualificação, para formar profissionais para atuarem na área da indústria, com maior carga horária.

Possui um Núcleo de Informação Tecnológica (NIT), com um centro de documentação que busca obter, classificar, armazenar, possibilitar a recuperação e disseminar toda informação tecnológica que possa interessar ao setor moveleiro. Os técnicos do CETEMO utilizam as informações para atualizar e publicar resenhas e artigos, que servem de referência não apenas para o Rio Grande do Sul, mas também para o restante do Brasil.

Na função de assistência técnica/tecnológica, o CETEMO atua junto às empresas, procurando solucionar problemas técnicos e auxiliando na adaptação das empresas às novas tecnologias e formas de organização da produção. Possui baixo custo de seus serviços prestados e técnicos altamente qualificados.⁸

O CETEMO possui também um núcleo de pesquisa aplicada voltado para pesquisas que visam à introdução de inovações incrementais e, via de regra, em parceria ou sob encomenda de empresas, geralmente para desenvolvimento de novos materiais, de novas aplicações ou de tecnologia para a utilização de matérias-primas já existentes. Algumas realizações foram o desenvolvimento de aplicações do MDF, em parceria com a Masisa⁹, e a viabilização do uso da madeira do eucalipto - abundante no país, reflorestável e de baixo custo - na fabricação de móveis, em conjunto com a empresa FLOSUL.

⁸ A maioria dos 16 técnicos do CETEMO possui curso superior e algum curso de especialização, e, além disso, fizeram parte de um programa de intercâmbio de técnicos através de um convênio com a *École Québécoise du Moble de Bois Ouvre – EQMBO*, do Canadá.

⁹ Até 1996 o MDF não era produzido no Brasil, o que limitava seu uso e o tornava muito caro. Com essa parceria, foi possível o desenvolvimento de tecnologia para a produção do MDF no país, o que o tornou disponível a todas as empresas, inclusive micro e pequenas empresas.

Outro núcleo do CETEMO é o NAD (Núcleo de Apoio ao *Design*), que dispõe de técnicos e *designers* com formação específica na área e na utilização de novas tecnologias e novos materiais visando à criação de produtos inovadores sob encomenda de empresas. Também possui preços acessíveis. O SEBRAE também é uma fonte muito utilizada para financiamento desses projetos (financia até 70% dos custos).

O CETEMO também tem se dedicado à produção de normas técnicas para a indústria moveleira, que são cada vez mais demandadas pelo mercado, seja pela sua exigência pelos países importadores, seja no mercado interno, pelas condições impostas pela Lei de Defesa do Consumidor e pela Lei de Licitações.

O setor moveleiro tem grande importância na região de Bento Gonçalves, chegando a representar 60% da economia local, conforme verificado neste capítulo. É um setor que faz com que o estado do Rio Grande do Sul se destaque dentro do cenário nacional, sendo o segundo maior produtor de móveis e ocupando o segundo lugar nas exportações de móveis brasileiros. Devido a essa importância, verifica-se na região a presença de atores ligados à cadeia produtiva que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento do arranjo produtivo na região. No próximo capítulo serão trazidos dados do arranjo produtivo de São Bento do Sul (SC), procurando analisar sua representatividade no estado e no Brasil e identificar a presença desses agentes que se envolvem na cadeia moveleira da região.

4 ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO DE SÃO BENTO DO SUL (SC)

O arranjo produtivo moveleiro da região de São Bento do Sul (Alto do Vale do Rio Negro) é o principal do Estado de Santa Catarina, e também o de maior destaque no Brasil pela sua capacidade exportadora. Seu surgimento, suas características principais e os números referentes a sua produção e exportações, bem como a presença de agentes institucionais que interagem na cadeia moveleira da região, serão apresentados neste capítulo.

4.1 HISTÓRICO DO APL MOVELEIRO DE SÃO BENTO DO SUL

Ao norte do Estado de Santa Catarina, no Vale do Rio Negro, em 1873 nascia a cidade de São Bento do Sul, colonizada por alemães, austríacos, tchecos, poloneses e brasileiros que, mantendo seus costumes, histórias, lembranças e saudades, fizeram desta terra serrana sua nova pátria.

São Bento do Sul descobriu na transformação da madeira sua vocação. De oficinas artesanais no início do século XX, à tecnologia de ponta hoje utilizada, os móveis de São Bento do Sul são reconhecidos internacionalmente por sua beleza e qualidade.

Este pólo moveleiro surgiu nos anos 50, da atividade dos imigrantes alemães, estando voltado inicialmente para a produção de móveis coloniais de alto padrão. Nos anos 70, destacou-se na produção de móveis escolares e cadeiras de cinema. Atualmente, São Bento do Sul é o principal pólo exportador do país, respondendo por metade das vendas de móveis brasileiros no exterior (PORTAL MOVELEIRO, 2004).

4.2 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO RECENTE

O Estado de Santa Catarina é o terceiro maior produtor de móveis do país, mas é o maior exportador, sendo responsável por aproximadamente 50% das exportações brasileiras de móveis, principalmente para Estados Unidos (60%),

Alemanha, Holanda e Inglaterra, com *design* especificado pelos importadores, que são extremamente exigentes em termos de qualidade e entrega (ABIMÓVEL, 2004).

As exportações moveleiras de Santa Catarina tiveram incremento de 32% considerando os meses de janeiro a agosto de 2004, comparado ao mesmo período de 2003. O Estado embarcou cerca de US\$ 243 milhões em móveis nesse período de 2004, contra US\$ 183 milhões em 2003. No ranking dos produtos mais exportados por Santa Catarina, os móveis de madeira ocupam a 2^a colocação, perdendo apenas para cortes de frango (ABIMÓVEL, 2004).

O setor de móveis da região emprega mais de 70 mil trabalhadores (diretos e indiretos) e, nos últimos tempos, registrou um crescimento de nove mil empregos por ano. O pólo moveleiro de Santa Catarina encontra-se situado no Vale do Rio Negro, que compreende os municípios de São Bento do Sul, o de maior destaque, com 210 empresas, Rio Negrinho e Campo Alegre. No total são 400 empresas, que empregam em torno de 8.500 funcionários, com predominância de micro e pequenas empresas. Porém, as grandes empresas estão mecanizando as operações repetitivas, o que reduz a necessidade de mão-de-obra (ABIMÓVEL, 2004).

Na realidade, o pólo é especializado em móveis torneados de madeira maciça, especialmente pinus, sendo que a grande maioria das empresas da região, independente do porte, opera com exportações. Grande parte da produção (80%) é de móveis para uso residencial (sofás, cozinhas e dormitórios). Os principais mercados internos são os Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo (PORTAL MOVELEIRO, 2004).

São Bento do Sul é também o maior centro exportador do país, com quase 40% do total das exportações nacionais. As indústrias de móveis respondem por cerca de 36% da movimentação econômica do município. A 12^a maior arrecadação de ICMS do Estado está em São Bento do Sul (SEBRAE-SC, 2004). Este é um dos pólos que mais investiram em tecnologia, principalmente na aquisição de novos equipamentos.¹⁰

¹⁰ O outro pólo que mais investiu em tecnologia foi o de Bento Gonçalves – RS, citado anteriormente na seção 3.2.

É o segundo pólo moveleiro em intensidade de investimentos, onde aproximadamente 30% das empresas realizaram investimentos acima de R\$ 1 milhão. (ABIMÓVEL, 2004). As grandes empresas possuem maquinários novos, nacionais e estrangeiros. As empresas exportadoras usam máquinas de maior precisão e velocidade, preferindo as importadas da Alemanha e Itália.

Alguns dos maiores fabricantes de móveis da região estão se verticalizando em direção à matéria-prima através da incorporação de áreas florestais, e da produção de madeira serrada e seca em estufa. O principal motivo é garantir o auto abastecimento, já que existe a preocupação quanto à escassez da matéria-prima disponível utilizada (pinus), porque grandes grupos produtores de chapas ou de madeiras serradas para exportação estão comprando as pequenas plantações de madeira reflorestada. Também por esse motivo, verifica-se um crescimento no uso de MDF para a fabricação de móveis retilíneos, para atender o mercado nacional, inclusive existe um fabricante de MDF, a Tafisa, instalado no pólo (SEBRAE-SC, 2004).

Com relação ao *design*, as grandes empresas com marca conhecida investem em departamentos próprios de desenvolvimento, e geralmente os projetos são para o mercado interno, já que o *design* para exportação já vem especificado pelo importador. As empresas de menor porte, em geral, optam por cópia de modelos publicados em revistas especializadas. E no que diz respeito à qualidade, há constante pesquisa de materiais e testes para a garantia quanto à durabilidade e desempenho mecânico.

4.3 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS

Pode-se notar também neste pólo de São Bento do Sul a presença de instituições que buscam a capacitação e o desenvolvimento do setor na região. Um trabalho importante é feito com relação à mão-de-obra local, que apresenta baixa rotatividade, mas com problemas de baixa produtividade, e falta de qualificação. Para combater esse problema, é feito nas fábricas um treinamento multifuncional, ou seja,

voltado para várias áreas da produção, que também dá incentivos à educação. Além disso, foram implantadas na região estruturas de formação e treinamento de mão-de-obra – o SENAI e a Escola Técnica Tupy, e o Curso de *Design*, oferecido pela Universidade do Contestado. Valoriza-se muito a relação empresa-universidade.

Outra instituição importante na formação de profissionais especializados é o FETEP – Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa, que foi fundado em 1975 pelas empresas moveleiras da região. Desde 1995, o SENAI é responsável pela direção da fundação denominada atualmente SENAI/FETEP. Esta fundação tem como objetivo a aprendizagem industrial e cursos profissionalizantes, treinamento operacional de funcionários e assistência técnica e convênios tecnológicos com empresas da região.

A Universidade do Estado de Santa Catarina fez um convênio com a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa de São Bento do Sul e Prefeitura Municipal, em 1994, e implantou o Curso de Produção Industrial de Móveis. A primeira turma se formou em 1997.

Cabe destacar também neste pólo o CIN – Centro Internacional de Negócios, uma parceria entre FIESC, SENAI e SEBRAE-SC, visando a coordenação e o apoio às empresas exportadoras de móveis.

Percebe-se a necessidade de maior difusão de normas técnicas. As normas da ABNT não contemplam a maioria dos produtos do pólo: falta de padronização, normalização, especificações das dimensões básicas dos móveis, da resistência mecânica e durabilidade. Uma instituição voltada para esse tópico poderia ajudar, assim como já existe a iniciativa do CETEMO no Rio Grande do Sul, citada no capítulo anterior.

Algo nesse sentido está sendo feito com o projeto Arranjo Produtivo de Móveis e Artefatos de Madeira, no qual pretende-se auxiliar o setor de base florestal catarinense a obter a qualificação necessária para a incorporação das novas tecnologias disponíveis no Brasil e atender às exigências do mercado internacional que aos poucos estão sendo incorporadas também no mercado nacional, pela crescente exigência de certificação de produtos. Será indicada a criação de um programa de certificação e de

exigência de comercialização de madeiras segundo classes de resistência e com estabilidade dimensional, proporcionada por programas de secagem adequados que eliminem ou minimizem defeitos provenientes de secagem mal conduzida, que deprecia o valor comercial de tais madeiras.

Para isso, estão sendo investidos R\$ 1,6 milhões, sendo R\$ 699.357,00 da FUNCITEC e R\$ 915.700,32 da FINEP, envolvendo os centros de pesquisa e tecnologias das seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Universidade Regional de Blumenau - FURB; Universidade do Conestado - UnC; Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE; Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC; Centro de Tecnologia da Madeira - CTM/SENAI e Instituto Euvaldo Lodi –IEL (PROSSIGA, 2004).

O projeto, que tem a coordenação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) compreende a implantação de moderna infra-estrutura laboratorial nas instituições parceiras, visando possibilitar o atendimento às exigências de caracterização, qualificação, normalização e certificação das madeiras produzidas nas florestas plantadas de Santa Catarina e dos produtos derivados da madeira. Os trabalhos, desenvolvidos em parceria com empresas do Estado, trarão como resultado uma melhor qualificação e certificação de seus produtos, além da indicação de novos nichos de comercialização para o mercado interno e externo, visando o desenvolvimento sustentável desse setor.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul e Campo Alegre é a instituição representativa do setor na região, criada em 1971 a partir da Associação dos Fabricantes de Móveis de São Bento do Sul, que existia desde 1961 e deu lugar ao atual sindicato.

CONCLUSÃO

O trabalho em questão teve como objetivo estudar uma das formas de aglomeração industrial, os Arranjos Produtivos Locais, dando ênfase aos arranjos produtivos do setor moveleiro brasileiro, abordando especificamente as características e informações dos arranjos localizados ao sul do Brasil, nas cidades de Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC).

Com base na análise dos dados apresentados nos capítulos 3 e 4, pode-se dizer que o pólo moveleiro de Bento Gonçalves e o de São Bento do Sul são arranjos produtivos bem estruturados, e, além disso, podem ser considerados núcleo de um sistema regional de inovação.

Um dos pontos que levaram a essa conclusão, primeiramente, é o fato de as regiões apresentarem uma aglomeração de empresas de porte médio, qualificadas para liderarem uma cadeia produtiva de móveis coordenando o processo, da concepção e produção à comercialização no mercado interno e externo. Outro aspecto a considerar é que as regiões possuem uma rede de instituições capazes de formar, treinar e atualizar recursos humanos em todos os níveis, de forma especializada e voltada para a produção de móveis. Por último, pode ser citada a existência de um certo grau de coordenação, a qual é assumida pelas entidades de classe da indústria, que integradas com instituições de ensino, pesquisa e treinamento, procuram somar recursos humanos, materiais e financeiros, bem como buscar em conjunto financiamento público, para levar adiante projetos de incremento da qualificação e da competitividade do setor.

Na questão de exportações pode-se considerar que os dois pólos, Bento Gonçalves e São Bento do Sul, por estarem bem inseridos no processo de exportação, estão aptos a enfrentar a concorrência externa decorrente de uma eventual redução das tarifas impostas pelo Brasil aos produtos do segmento moveleiro que entram no país, por exemplo, com a entrada na Alca e acordos com a União Européia. São Bento do Sul já é o maior exportador de móveis brasileiro, e seus produtos têm grande aceitação

no exterior. Bento Gonçalves, embora exporte em menor escala que São Bento do Sul e tenha pouca tradição exportadora para os países desenvolvidos, vem se capacitando para enfrentar a concorrência externa através da realização de investimentos em melhoria da qualidade do produto, *design* e treinamento de mão-de-obra. Portanto, os impactos negativos sobre estes dois pólos tendem a ser pequenos.

Em suma, os dois pólos principais estudados mostram que possuem uma estrutura integrada que permite que atores heterogêneos (empresas de portes e setores diferenciados, centros de ensino e pesquisa e órgãos de classe) possam participar do processo e efetivamente colocar inovações em prática, e este é o intuito de se estabelecerem arranjos produtivos locais.

REFERÊNCIAS

ABIMÓVEL. **Panorama do setor moveleiro no Brasil** – Junho/2004. Disponível em <<http://www.abimovel.com>> Acesso em: 15 set. 2004.

ARRUDA, G. Exportação de móveis pode chegar a US\$ 1 bi. **Gazeta Mercantil**, Blumenau, 11 ago. 2004.

BELL, J.F. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p.555-560.

COUTINHO, L.G. *et alli*. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia Madeira e Móveis**. UNICAMP-IE-NEIT, 2003. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/neit/cadeias-integradas/sintese-preliminar.pdf>> Acesso em 10 out. 2004.

GORINI, A.P.F. **Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira**. BNDES Setorial, Revista 8. Setembro, 1998, p.3-57.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. **Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais**. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito, vantagens, restrições e equívocos usuais**. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

MOVERGS. Dados setoriais. Disponível em <<http://www.movergs.com.br>> Acesso em: 07 out. 2004.

PORTAL MOVELEIRO. Histórico dos pólos moveleiros e dados do setor. Disponível em <<http://www.portalmoveleiro.com.br/polos>> Acesso em: 07 out. 2004.

PORTAL MOVELEIRO. **Setor moveleiro exporta 43% a mais no primeiro trimestre**. Disponível em <<http://www.portalmoveleiro.com.br/redacao>> Acesso em: 07 out. 2004.

PROSSIGA. Dados do arranjo moveleiro de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.prossiga.br/arranjos>> Acesso em 07 out. 2004.

REDESIST. Arranjos produtivos locais, definição e informações gerais. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

REDESIST. Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de arranjos produtivos locais**. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

RITA, L.P.S.;SBRAGIA, R. **Aglomerados produtivos: acordos de cooperação e alianças estratégicas como condicionantes para o ingresso de PME'S moveleiras em um processo de desenvolvimento sustentado**. Disponível em <<http://www.campus-oei.org>> Acesso em: 14 set. 2004.

ROESE, M. **Política industrial e de C&T regional: sistemas de inovação regionais? O caso da aglomeração moveleira de Bento Gonçalves/RS.** Disponível em <<http://www.read.adm.ufrgs.br/read16/artigo/artigo6.htm>> Acesso em: 15 set. 2004.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** – Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982.

SEBRAE. Arranjos produtivos locais. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em: 26 abr. 2004.

SEBRAE-SC. Informações sobre o pólo moveleiro de São Bento do Sul – SC. Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br>> Acesso em: 20 out. 2004.

SEMINÁRIO REDESIST INDICADORES DO CONHECIMENTO E DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 1., 2003 – Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 28 abr. 2004.

SINDMOVEIS. Dados do setor. Disponível em <<http://www.sindmoveis.com.br>> Acesso em: 07 out. 2004.

SUZIGAN, W. **Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de políticas.** UNICAMP-IE-NEIT, 2001. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/neit/download/aglomer-industr-aval-sugest-polit.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2004.

SUZIGAN, W. **Aglomerações industriais como foco de políticas.** Texto da aula magna do XXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. IE-UNICAMP. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/neit/download/artigos/Aglomer-industr-foco-polit.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2004.

VARGAS, M.A.; ALIEVI, R.M. **Competitividade, capacitação tecnológica e inovação no arranjo produtivo moveleiro da serra gaúcha.** Nota técnica 39. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-IE/UFRJ, 2000. Disponível em <<http://geo.sebrae.com.br/geodw/Bibliografia/MOVELEIRO/mobeleiroserragaucha.doc>> Acesso em 15 set. 2004.

